autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 04-10-2023

OBSERVAÇÕES:
- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

20264

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, estão abertos os nossos trabalhos da 16ª Audiência Pública Semipresencial desta Comissão, do ano de 2023

Bom dia a todos e a todas. Estão presentes este Vereador, Jair Tatto; Vereadora Rute Costa, *on-line*; Vereador Isac Felix, *on-line*.

Esta audiência tem como objetivo debater o PL 578/23, do Executivo, que estima a receita e fixa despesa do município de São Paulo para o exercício de 2024.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorioson-line; e também pelo YouTube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

O convite para esta audiência foi publicado nos jornais *O Estado de S.Paulo*, no dia 03/10/23, e *Folha de S.Paulo*, no dia 03/10/23, e vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 02/10/23.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 01/10/23, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual.

Foram convidados para esta audiência pública o Sr. Luís Felipe Vidal Arellano, Secretário Municipal da Fazenda, que está acompanhado do Subsecretário de Planejamento Orçamento Municipal, Sr. Samuel Ralize de Godoy, e do Sr. Artur Junqueira Lascala, Coordenador de Planejamento; a Sra. Marcela Cristina Arruda Nunes, Secretária de Gestão; Sr. Edson Aparecido Santos, Secretário de Governo Municipal, que está representado pelo Secretário-Adjunto, Sr. Clodoaldo Pelissioni; Sr. Eduardo Tuma, Conselheiro e Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que está representado pelo Assessor de Gabinete, Dr. Adriano Cremonesi; Sr. Gustavo Felipe Ripper, Coordenador de C 1 - Coordenador de Controle Externo na Coordenadoria I do Tribunal de Contas do Município - está *on-line*. Também convidados os Srs. Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo.

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

Informo a presença do Vereador Dr. Sidney Cruz; da Vereadora Rute Costa, de forma *on-line*; do Vereador Isac Felix.

Já indico para a relatoria do PL 578/23, Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024, o nobre Vereador Dr. Sidney Cruz. Consulto de V.Exa. aceita o desafio.

O SR. SIDNEY CRUZ – Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. e todos os presentes: Sr. Luís Felipe Vidal Arellano, Secretário Municipal da Fazenda; o Sr. Secretário-Adjunto, Fabiano Martins de Oliveira; Sra. Marcela Cristina Arruda Nunes, Secretária Municipal de Gestão; Sr. Clodoaldo Pelissioni, representante da Secretaria de Governo; Sr. Eduardo Tuma, Conselheiro e Presidente do Tribunal de Contas do Município, representado pelo Dr. Adriano Cremonesi; todos os Vereadores que acompanham de forma virtual; todos os presentes e os que nos acompanham pela Rede Câmara.

Sr. Presidente, quero agradecer pela indicação. Aceito. É uma honra e uma responsabilidade gigante. Estive, no ano passado, à frente como Relator da PLOA, e construímos com todos os Vereadores desta Casa, com a sociedade civil organizada, um relatório participativo. Distribuímos ações, descentralizamos ações, acrescentamos dotações e recursos para áreas sensíveis da cidade de São Paulo, como a área social para a POP Rua, enfim.

Então, muito obrigado, Sr. Presidente e conto com a ajuda de todos, do pessoal da CTEO novamente, para construirmos uma peça orçamentária que atenda os anseios da sociedade, especialmente dos mais necessitados da cidade de São Paulo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, nobre Relator Vereador Sidney Cruz.

Informo a presença do nosso querido Vereador Paulo Frange, Presidente da Subcomissão da Tarifa Zero. O Vereador Rinaldi Digilio está de forma *on-line*. O nobre Vereador Fabio Riva, Líder do Governo, também está de forma *on-line*. Também está de forma *on-line* a querida Elisete Mesquita, Subprefeita de Vila Prudente.

Informo a todos que a próxima reunião se dará no sábado, dia 07 de outubro, na Vila

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

Prudente, Leste 1, Sapopemba e São Mateus.

Vamos iniciando. Conforme a tradição, começamos com a Secretaria da Fazenda do Município, para a exposição geral do Orçamento para o ano de 2024. Quem começará a exposição será o Sr. Luís Felipe Vidal Arellano, Secretário Municipal da Fazenda.

O SR. LUÍS FELIPE VIDAL ARELLANO – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente.

É uma satisfação estar aqui mais uma vez nesta Casa para apresentar este, que é um dos mais importantes projetos que anualmente nós apresentamos à sociedade paulistana.

Existe uma frase, que é atribuída, se não me engano, ao Ministro Celso de Mello, do STF, de que o Orçamento público seria a lei mais importante depois da Constituição, sobretudo em uma democracia, porque é no Orçamento em que a sociedade tem a oportunidade de discutir as suas prioridades e de, efetivamente, fazer o controle das ações do Poder Público.

Nós preparamos uma breve apresentação dos números gerais do Orçamento neste momento, porque nós teremos outras audiências públicas em que detalhes sobre cada uma das políticas públicas, de orçamento de cada uma das pastas vão ser apresentados. Eu entendo que foi encaminhado com antecedência aqui para a Assessoria e não sei se já está em posição para projetarmos.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO – Vou fazer a primeira parte dessa apresentação e, em seguida, vou passar para a minha equipe para dar continuidade à segunda parte da apresentação.

Então, essa é a agenda para o nosso dia, vamos começar falando sobre os destaques gerais do projeto. Vou informar a respeito de qual foi o cenário econômico tratado como base para as premissas que constaram do projeto. E em seguida a equipe técnica vai detalhar, o Samuel e o Arthur, o desempenho das principais receitas municipais nos últimos anos

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

e quais são as projeções para o próximo exercício, na PLOA. E também falar sobre um detalhamento um pouco maior das despesas e receitas que estão sendo apresentadas nessa proposta orçamentária.

Visão geral sobre o projeto. Quais são os principais destaques dessa proposta orçamentária nesse ano, atingimos o recorde no nosso orçamento de 110 bilhões de reais. Então, já passamos bastante dos 100 bilhões de reais do orçamento de 2023, só para ter uma memória, que era da ordem de 96 bilhões de reais. Então, já ultrapassamos bastante os 100 bilhões de reais de orçamento. Desses, 93 bilhões de reais, quase 94 bilhões de reais são despesas correntes e 16,7 bilhões de reais são despesas de capital. Só para lembrarmos, despesa de capital principalmente investimentos, aquisição de equipamentos, obras, instalações e amortizações da dívida pública, mas a maior parte disso, investimentos.

Em relação à despesa corrente, nós temos principalmente pessoal em cargos sociais, cerca de 38 bilhões de reais. Juros da dívida pública, 1 bilhão de reais e outras despesas correntes no total de 53 bilhões de reais. Em outras despesas correntes, principalmente contratos com fornecedores da Prefeitura, subsídio à tarifa de ônibus, conveniadas, organizações sociais e etc.

Em relação aos investimentos, um destaque adicional do projeto esse ano, assim como no ano anterior, diz respeito ao esforço da administração para a regionalização desses investimentos e para atribuição de maiores investimentos às áreas com um menor grau de desenvolvimento relativo.

Então, conseguimos ver nesse mapa que está projetado a principal distribuição, entre subprefeituras, dos investimentos nessa proposta orçamentária.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO – Essas são despesas em geral. A equipe corrigindo que não são só investimentos, mas despesas em geral. E podemos observar ali que, com exceção do Distrito da Sé, que mostra um compromisso da administração com a

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

revitalização do Centro da Cidade, a maior parte das despesas no orçamento estão regionalizadas com priorização das áreas de maior vulnerabilidade.

Outro destaque dessa proposta orçamentária diz respeito à iniciativa, a nosso ver inovadora, da Prefeitura de São Paulo e, talvez, inédita no país de apresentar um orçamento climático, que consiste no destaque daquelas ações orçamentárias que estão sendo apresentadas e que têm correlação com iniciativas voltadas à mitigação e adaptação frente às mudanças climáticas na cidade. Então, temos observado como o enfrentamento a essas mudanças climáticas é uma urgência não só na cidade, mas no planeta inteiro. E a cidade já vem, não é de hoje...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Secretário, me permita, eu cometi um equívoco, na exposição, as inscrições estão abertas. Ao término da exposição do Secretário Arellano, encerramos as inscrições.

Temos a presença do Vereador Manoel Del Rio, por favor, componha a Mesa conosco. Vereadora Luna Zarattini, por favor, componha a Mesa conosco. A Vereadora Luna Zarattini é Presidente da Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania.

O SR. LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO – Continuando, não é de hoje que a Prefeitura adota uma série de medidas voltadas à mitigação das mudanças climáticas e adaptação da cidade para conferir resiliência a esse novo cenário de mudanças climáticas e eventos climáticos extremos. E, contudo, é a primeira vez que consolidamos isso dentro do orçamento em uma visão integrada para permitir comunicar para a sociedade de forma mais clara qual é o conjunto de despesas que tem alguma correlação com o enfrentamento dessas mudanças climáticas. E a soma desses programas totalizam 16 bilhões de reais, nessa peça orçamentária, entre diversos programas. Entre eles, o de maior relevância é a promoção da sustentabilidade ambiental e a gestão dos riscos e promoção da resiliência a desastres e eventos críticos.

Mais um destaque consiste na participação social na elaboração da proposta de

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

orçamento. Então, seguindo a tradição que já vimos adotando há alguns anos, o orçamento cidadão recebeu 3.313 propostas da sociedade civil; 480 dessas propostas foram priorizadas pelo Conselho Participativo Municipal. Dessas, 192 propostas foram eleitas pela população para uma análise mais detalhada de viabilidade; 95 propostas dessas 192, foram indicadas como viáveis e incorporadas à proposta orçamentária. E 102 dessas propostas viraram compromissos públicos da administração.

Em termos setoriais, por função, temos como destaques nessa proposta orçamentária a educação, com quase 26 bilhões de reais destinados; a saúde com 19 bilhões de reais ultrapassando com largueza os mínimos constitucionais; o transporte com 11, 7 bilhões de reais; a função urbanismo com 8,5 bilhões de reais; habitação e saneamento com 7 bilhões e assistência social com 2,3 bilhões de reais. Para todas essas áreas um recorde em relação a anos anteriores.

Vamos falar um pouco agora a respeito do cenário econômico e eventuais riscos em relação ao ano que vem. Qual é a projeção de produto interno bruto que nós trabalhamos para fins de elaboração dessa proposta orçamentária. E o produto interno bruto afeta o orçamento da cidade de São Paulo, porque quanto maior o crescimento da economia maior o crescimento esperado da economia paulistana, que tem um efeito muito grande sobre as receitas municipais. Seja o efeito sobre o setor de serviços, que acaba tendo correlação com a arrecadação do principal imposto municipal, o Imposto Sobre Serviços, seja correlação com a arrecadação do IPTU, por conta de uma eventual modificação do padrão de inadimplência do IPTU. Se o desemprego aumenta e a renda cai na cidade de São Paulo, espera-se uma elevação da inadimplência do IPTU. Ao contrário, se o desemprego cai e a renda aumenta na cidade de São Paulo, espera-se uma redução da inadimplência do IPTU e, consequentemente, o aumento da arrecadação. O mesmo vale em relação à cota parte do ICMS, que é também uma receita importante do município, a terceira receita mais relevante.

Quanto maior o produto da economia, maior é a arrecadação do ICMS do Estado de

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

São Paulo; consequentemente, maior a participação do Município de São Paulo. É claro que existem algumas variáveis que influenciam além disso como, por exemplo, o valor agregado na cidade de São Paulo; mas, em linhas gerais, segue muito próximo da evolução do PIB nacional.

E qual é, objetivamente, a projeção com a qual nós estamos trabalhando? Nós estamos trabalhando com um PIB, para o final deste ano, de quase 3% e com uma desaceleração para o ano que vem, atingindo um PIB de 1,5%.

Metodologicamente, nós seguimos a tradição que a Prefeitura tem utilizado nos últimos anos e que tem se mostrado relativamente aderente, que é utilizar as projeções que são consenso de mercado no momento do encaminhamento da Proposta de Lei Orçamentária. E 1,5% não é necessariamente uma projeção da Secretaria da Fazenda, mas é obtida do Relatório Focus, publicado pelo Banco Central, que reúne a projeção das principais instituições financeiras semanalmente. Então, essa projeção de 1,5% nos parece consistente com o cenário mais provável no ano que vem.

Em relação à inflação, nós estamos trabalhando com uma projeção de 3,87% no ano que vem; e de 4,86% no final deste ano. Esses dois valores são superiores às metas de inflação anunciadas pelo Conselho Monetário Nacional e são projeções consistentes com o consenso revelado pelas principais casas que elaboram essas projeções para o ano que vem.

Um cenário de desaceleração da economia e redução da inflação é desafiador para as receitas municipais; porque, por mais que a redução da inflação seja algo normalmente positivo para a economia como um todo – o que significa que lá na frente se pode esperar juros mais baixos e consequentemente uma economia mais aquecida – no curto prazo, a desaceleração da inflação acaba também resultando em uma desaceleração do crescimento nominal das receitas públicas.

E como nós viemos de um cenário de inflação acelerada, nos anos anteriores, como podemos observar no gráfico projetado, isso é ainda mais desafiador, porque normalmente as despesas são indexadas pela inflação passada, ao passo que as receitas são reajustadas pela

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

inflação futura. Então, ocorre uma queda no crescimento das receitas, acompanhada de uma aceleração do crescimento das despesas. Esse cenário que requer atenção para o próximo ano.

Em relação à taxa de juros, estamos trabalhando com um cenário de quedas de taxas de juros, finalizando este ano em 11,75% e, no ano que vem, em 9%. Mais uma vez, são projeções extraídas do Relatórios Focus, que têm impacto no relatório municipal tanto do lado das receitas, quanto das despesas.

Do lado das receitas, por conta das remunerações e das disponibilidades de caixa da Prefeitura; e do lado das despesas, porque boa parte da dívida municipal tem, de alguma forma, correlação com a Selic porque foi tomada, por exemplo, como um percentual do CDI ou porque é indexada a IPCA mais algum percentual fixo; e a queda da Selic, se acompanhada de uma queda do IPCA, acaba afetando esse resultado.

Vou passar a palavra para o Sr. Samuel, Subsecretário do Orçamento, para dar continuidade, com detalhamento maior das receitas e despesas da proposta orçamentária.

O SR. SAMUEL RALIZE DE GODOY – Bom dia a todos e a todas. Eu sou Subsecretário de Planejamento e Orçamento da Secretaria Municipal da Fazenda**,** estou acompanhado pelo Secretário Luis Felipe e pelo Artur Junqueira Lascala, Coordenador de Planejamento.

Vamos comentar sobre o cenário das receitas municipais dos últimos anos, inclusive de 2023, e depois vamos falar do cenário das despesas, dos desafios das despesas nos últimos anos, que dão ensejo à proposta orçamentária de 2024 e mostra um pouco do que será apresentado tanto pela Secretaria de Gestão, quanto pela Secretaria de Governo Municipal e pelas demais, nas próximas audiências públicas.

Em termos de receitas do Município, o Imposto Sobre Serviços, desde 2018 até 2021, experimentou um grande crescimento. Esses números estão convertidos para valores de 2023, então nós podemos ver um grande crescimento, de 2020 para 2021. Porém, nas projeções pessimistas e prováveis para 2023, existe uma certa estabilização no nível de arrecadação do

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

ISS.

A projeção pessimista, ou seja, se tudo der errado a gente deve arrecadar, até o final de 2023, R$ 27,1 bilhões com o ISS, que é uma receita de vinda dos serviços prestados no Município: serviço bancário, restaurantes, cabeleireiro, transportes por aplicativos, enfim, qualquer serviço prestado que contribua com o ISS. E na projeção mais provável, esse número deve chegar a R$ 27,5 bilhões até o final de 2023. Enfim, o ISS é a nossa principal fonte de receita tributária, o imposto que mais arrecada no Município de São Paulo.

O próximo imposto é o IPTU. Também existe uma estabilização, inclusive em valores reais, de 2022 para 2023, tivemos uma perda de arrecadação de aproximadamente R$ 2 bilhões, sendo que a nossa projeção varia entre R$ 6 bilhões e R$ 13,7 bilhões para 2023.

E o Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis – ITBI, que é quando a gente vende ou compra um imóvel, teve uma estabilização com uma pequena queda em relação a 2021 e 2022. Estamos prevendo arrecadar entre R$ 3,2 bilhões e R$ 3,3 bilhões até o final deste ano.

Agora vamos falar das receitas de impostos estaduais que são transferidas para o Município pelo Governo do Estado de São Paulo. No ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, nós vimos uma queda importante na transferência de ICMS do Estado de São Paulo para o Município de São Paulo. A projeção de 2023, pessimista e otimista, fica em R$ 7,4 bilhões transferidos para o município, o que é praticamente R$ 3,1 bilhões a menos do que recebemos em valores reais em 2022.

Nós sentimos essa queda também no Fundeb, o Fundo de Desenvolvimento de Educação Básica. E o Fundeb tem um componente importante de transferência de recursos do estado. E essa queda do ICMS transferida para o município também é muito sentida no 2024, nas projeções que estão presentes no projeto de lei de orçamento anual.

O outro imposto estadual, do qual recebemos um pedacinho, é o IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

Existe uma estabilização na figura, uma pequeninníssima queda de 2022 para a projeção de 2023, em valores reais, mas isso chega a 3,3 bilhões transferidos numa projeção até o final deste ano.

Em relação às transferências da saúde, houve um grande aumento, em 2020, por uma questão que todo mundo conhece, e que se repetiu um pouquinho em 2021, com uma pequena queda. Em 2022 e em 2023, o patamar de transferências correntes da saúde, em valores reais de 2023, voltou ao que estava antes da pandemia: cerca de 2 bilhões e 700 milhões de reais, até o final deste ano, devem ser transferidos para o Fundo Municipal de Saúde.

Na educação, temos uma estabilização desde 2021, no patamar dos 7,3 bilhões de reais até o final deste ano. Essa pequena queda que vocês veem também já espelha a queda do ICMS.

Em relação à assistência social, há uma queda em relação a 2022. E em relação a todos os anos anteriores, exceto 2021, em que as transferências para a assistência foram um pouquinho menores, temos 123 bilhões de reais projetados de recebimento de transferências governamentais para a assistência social – perto de um orçamento que, neste ano, já passou de 2,5 bilhões de reais, em valores atualizados. Então, fica claro que o aporte de recursos do município, do Tesouro Municipal, é muito vigoroso na política de assistência em São Paulo.

Em relação à outorga onerosa, paga pelos incorporadores, empreendimentos imobiliários, temos, em 2022, 1,1 bilhão; e, em 2023, temos 876 milhões de reais projetados de receita para o Fundurb, principalmente.

Temos um convênio importante com a Sabesp, cuja receita vai toda para o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura. Existe uma estabilização. Esse fundo é bastante estável em termos de arrecadação. Devemos receber 612 milhões de reais até o final deste ano. Isso está em linha com o que está projetado também para o ano que vem.

Em termos de transferências de receita de capital, ou seja, para fazer principalmente investimentos, temos uma grande queda nas transferências de receita de capital. Até o final deste

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

ano, devemos receber somente 43 milhões.

De maneira geral, o que queremos transmitir com esse monte de gráficos que eu passei nos últimos *slides* é uma pequena queda nas receitas de impostos e uma queda importante nas transferências, principalmente do estado, e uma pequeninníssima queda em outras transferências, como a receita de capital, que está no *slide*. Isso mostra que nós estamos, de novo, e cada vez mais, dependentes das arrecadações próprias do Município de São Paulo para custear as nossas políticas públicas.

Vamos falar agora um pouquinho dos cenários das despesas nesses últimos anos.

Em relação à educação, eu vou falar da função orçamentária da educação.

Existem algumas despesas da educação que não estão executadas na Secretaria Municipal de Educação, mas servem à função orçamentária educação.

Em 2022, chegamos a 20,7 bilhões de reais empenhados. E o orçamento disponível até o momento, até ontem, para a função educação, é 20,1 bilhões de reais, ou seja, o orçamento que está disponível para a execução – que não foi congelado; enfim, líquido de qualquer tipo de redução, se tiver ocorrido qualquer redução.

Na função saúde, vemos um crescimento linear em valores nominais.

Em 2022, tivemos 17,5 bilhões de reais empenhados para a saúde; e, em 2023, já temos disponíveis 19,2 bilhões de reais.

Na assistência, também vemos um crescimento importante: o empenhado do orçamento de 2018-19 comparado com o disponível em 2023, mostra que o orçamento da função assistência dobrou em cinco anos. E esse orçamento também é significativamente maior do que o empenhado em 2022.

Chegando ao final dos cenários das despesas nos últimos anos, temos que falar também das compensações tarifárias, que são uma despesa muito importante do sistema de transporte coletivo, da função transporte no Município de São Paulo.

Em 2022, nós tivemos 5 bilhões de reais empenhados na compensação tarifária; e,

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

até este momento, já temos 4,2 bilhões disponíveis para a compensação tarifária, ainda com uma sinalização de pressão orçamentária – ou seja, de necessidade maior do que o orçamento disponível, que vai precisar muito provavelmente ser aportado pelo Tesouro até o final de 2023. Esse número deve passar desses 4,2 bilhões que estão na tela. E, para 2024, temos mais de cinco bilhões projetados também para o projeto de lei do orçamento.

Por fim, em relação aos resíduos sólidos, temos duas ações importantes: a 6007 e a 6010, se não me engano, que são a concessão dos serviços divisíveis – a coleta de resíduos e a varrição de logradouros, áreas públicas –, ações tiveram empenhados um total de 2,8 bilhões de reais em 2022. E já temos 2,7, quase 2,8, disponíveis em 2023. Isso está em linha com o que foi projetado para o ano que vem.

Podemos agora falar dos grandes números e da estrutura do projeto de lei nº 578/2023, que é o projeto de lei orçamentária anual de 2024.

O projeto é constituído de alguns cadernos. Temos o texto principal da lei; a mensagem do Prefeito, que sintetiza um pouco a mensagem que foi passada pelo Secretário Luis Felipe; e também há outras informações. E temos seis cadernos anexos ao projeto de lei, que é um projeto extenso. O texto dele é pequeno, mas os cadernos são muito extensos, relativamente complexos. E as audiências públicas são justamente para simplificar essa informação toda e ouvir a população, não é mesmo?

No Caderno 1, temos uma série de demonstrativos gerais que resumem alguns aspectos do projeto.

No Caderno 2, temos a previsão de receitas, detalhadamente, todas as rubricas previstas para arrecadação em 2004.

No Caderno 3, temos a fixação das despesas – todos os quadros detalhados das despesas; o quadro de detalhamento da ação, que é a regionalização do orçamento. Tudo está detalhado no Caderno 3, para Executivo e para Legislativo.

No Caderno 4, temos informações sobre a dívida público municipal.

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

No Caderno 5, temos orçamento de investimento das empresas estatais não dependentes, ou seja, todas aquelas que não estão no orçamento fiscal - as sociedades de economia mista que o município controla, mas não são empresas que operam o sistema de orçamento e finanças do município.

E o Caderno 6 tem análise de viabilidade das 192 propostas eleitas no Orçamento Cidadão, que resultaram em 95 propostas consideradas viáveis nos critérios técnico, jurídico e orçamentário, que correspondem a 102 compromissos públicos das secretarias e entidades municipais.

O número de compromissos é maior do que o número de propostas porque uma proposta pode ter mais de um compromisso. O compromisso é aquilo que a secretaria ou a entidade se compromete a fazer durante o ano de 2024. E algumas das propostas são coadotadas por mais de um órgão ou entidade, então podemos ter mais de um compromisso por proposta.

Para fechar, em termos de números de receitas e despesas, assim que o controle remoto me permitir.

Peço socorro à equipe de suporte para passar dois *slides* para mim, por favor.

Receita. Separando receitas correntes, receitas de capital e receitas intraorçamentárias.

As intraorçamentárias são aquelas receitas que circulam dentro do orçamento fiscal entre órgãos e entidades. Então é um órgão contratando uma entidade ou uma entidade remunerando um órgão por alguma coisa dentro do orçamento.

Sem contar as receitas intraorçamentárias, nós temos uma previsão de 100, 2 bilhões para 2024, sendo 89.406 em receitas correntes e 10.885 em receitas de capital. Somando as receitas intraorçamentárias - essas que circulam dentro do orçamento fiscal - nós temos 110,7 bilhões que é o número que o Secretário Luiz Felipe passou no início.

Em comparação com a previsão pessimista para 2023, isso é um crescimento de

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

11%, mais ou menos, em comparação com o que está aprovado na Lei Orçamentária Anual de 2023, é um aumento de 15,5% nas nossas receitas totais.

E, olhando só para as receitas de origem tributária, nós temos um crescimento de 6,2% em relação à LOA de 2023, com um total de 62 bilhões e 456 milhões de reais de receita tributária. Ou seja, dos 110 que estão no orçamento, 62 bilhões vêm da cobrança de tributos municipais próprios do Município de São Paulo.

Nas receitas não recorrentes, nós temos 8,7 bilhões de reais, sendo 287 milhões de CEPAC, Potencial Adicional de Construção de Empreendimentos, nós temos 154 milhões de desestatizações, cuja receita vai direto para o Fundo Municipal de Desenvolvimento Social; nós temos 7,3 bilhões em operações de crédito, são empréstimos que o município está autorizado a contratar; convênios com a União: 188 milhões; convênios com o Estado: 105; e temos a previsão de fazermos a cessão da folha de pagamentos da Prefeitura que deve render, pelo menos, 700 milhões de reais, no exercício de 2024.

Em termos de renúncias e benefícios fiscais, nós teremos 27,348 bilhões de reais. São 19 bilhões em potencial arrecadatório não exercido; 4.990 em imunidades; 2,5 em isenções e 461 milhões em outras renúncias e benefícios.

Na despesa geral, para fechar a nossa apresentação, a classificação da despesa por grupos de natureza de despesa.

Dos 110,7 bilhões de reais orçados e previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024, 30 bilhões estão em pessoal, sendo 16,3 em pessoal ativo, pagamento de remuneração, salário, subsídio e vencimento em geral; e, para pessoal inativo, são 13,6 bilhões, basicamente, aposentadorias e pensões.

Temos 285 milhões em inversões financeiras; 2, 900 bilhões em serviço da dívida; 4 bilhões em sentenças judiciais; em investimentos, 14,5 bilhões de reais - o que é uma cifra histórica para o orçamento de São Paulo em valores nominais -, e outras despesas correntes.

Como o Secretário explicou, todas as contratações para serviços de custeio,

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

manutenção, operação das pastas das entidades municipais são 48,1 bilhões de reais; temos 275 milhões em reservas de contingência e 10, 400 bilhões das despesas intraorçamentárias. É esse recurso que circula entre órgãos e entidades do orçamento quando um contrata o outro para prestar algum serviço.

Em comparação com o orçamento disponível até o momento de 2023, nós temos um crescimento de 4,48%. Em comparação com a LOA de 2023, o orçamento aprovado pela Câmara em dezembro de 2022 para este ano, nós temos um aumento de 15,5% no orçamento previsto para 2024.

Com isso, encerro minha fala.

Agradeço a atenção de todos e todas e a oportunidade de estar com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretário e Artur.

O Vereador Roberto Tripoli me ligou e justificou a sua ausência, em razão de exames.

Vou consultar, nós temos maioria. Acho melhor cancelarmos a reunião da ordinária de finanças e orçamento das 11h30.

Vereadores Rodrigo Goulart e Líder Fabio Riva, podem vir para a mesa, bem como o nosso querido Relator da LDO, foi Presidente da Subcomissão de Juventude, Vereador Isac Felix.

Conforme havia dito, encerradas as inscrições.

Passo, imediatamente, a palavra para a Secretária de Gestão. (Pausa) A Secretária se coloca à disposição para eventuais perguntas que sejam feitas diretamente à Secretaria que ela representa e comanda.

Pela Secretaria do Governo Municipal, Dr. Clodoaldo Pelissioni, tem a palavra.

O SR. CLODOALDO PELISSIONI – Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pelo Tribunal de Contas, o Presidente Eduardo Tuma designou o nosso querido assessor de gabinete Dr. Adriano Cremonesi.

O SR. ADRIANO CREMONESI – Bom dia a todos os presentes e os que nos

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

assistem.

Gostaria de agradecer pelo convite, o que faço em nome do Presidente Jair Tatto. Gostaria de agradecer a presença dos Vereadores, o que faço em nome dos Vereadores Sidney Cruz, Paulo Frange, Luna Zarattini, Fabio Riva, Isac Felix.

Gostaria de passar a palavra ao Coordenador do Tribunal de Contas, que está *on-line.*

Obrigado a todos.

O SR. GUSTAVO FELIPE RIPPER – Bom dia a todos.

Cumprimento o Presidente, os Vereadores, todos os colegas da Secretaria da Fazenda e todos os munícipes que nos acompanham.

Eu sou Gustavo Ripper. Trabalho na área técnica do Tribunal, na auditoria. Sou o coordenado da Coordenadoria I, setor responsável pela condução de auditorias no âmbito da gestão fiscal, financeira e contábil do município.

Tenho um destaque bem breve para ser feito. A auditoria sobre o projeto da LOA 2024 já está em fase de elaboração. Iniciamos a execução assim que o projeto foi protocolado.

O objetivo dessa auditoria é verificar se o projeto da LOA, Lei Orçamentária Anual, está compatível com toda a legislação aplicável e com os demais instrumentos de planejamento – PPA, LDO, Plano de Investimentos.

Essa auditoria tem o objetivo de avaliar a conformidade do projeto frente a Constituição Federal, à Lei de Responsabilidade Fiscal, à Lei Federal 4.320/64, aos normativos do Tesouro Nacional, entre outras legislações.

A Coordenadoria I pretende encaminhar a versão final desse relatório de auditoria para a Comissão de Finanças antes da segunda audiência pública geral, como a gente vem fazendo, como fizemos nos anos anteriores. Esse modelo, essa dinâmica é importante, é fundamental para tornar a atuação do Tribunal de Contas mais efetiva nesse processo de elaboração das leis orçamentárias, atuando de forma concomitante ainda na discussão do

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

projeto junto à Secretaria da Fazenda - nós temos uma comunicação muito boa com a Secretaria da Fazenda - e também para que o relatório de auditoria possa subsidiar de forma tempestiva os trabalhos desta Comissão.

Então são esses os comentários iniciais do Tribunal, permanecemos aqui à disposição.

Uma boa audiência a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado. Obrigado, Gustavo; obrigado Adriano. Nós temos algumas inscrições *online,* Vereadores e Vereadoras, temos Vereadores da Comissão que estão por conta desta audiência, temos Vereadores que são de outras comissões, Vereador Manoel Del Rio, Vereadora Luna, Vereador Riva. (Pausa) Ele não está. Conforme o tempo de vocês, nós vamos ouvindo alguns inscritos da municipalidade, e vocês podem se pronunciar no momento que quiserem usar da palavra, *okay*?

Vamos começar com as inscrições *on-line,* Gildo José dos Santos (Pausa); Eduardo Hortêncio da Costa Neto (Pausa); Altemira Maria Batista Balieiro (Pausa); Lucianne Tahan. (Pausa) Se me permitem, faço uma *on-line* e outra presencial, vou fazer, então, presencial. Mas eu tenho por natureza – você me compreendeu? – e seguindo: Laudicéia Reis Silva dos Santos (Pausa) e a última inscrição *on-line* é Adriana Regina Adriel (Pausa).

Então deixa eu só transformar em presencial Lucianne Tahan, são três minutos, e em seguida fala o Rapper Pirata. São três inscrições presenciais, quatro agora, então dá para ouvir a todos e todas e depois passamos para os Srs. Parlamentares.

A SRA. LUCIANNE TAHAN – Obrigada. Bom dia a todos e todas. Sou Lucianne Tahan, sou funcionária pública da Prefeitura de São Paulo. Trabalho na saúde como agente de combate às endemias. Inclusive, deixo aqui registrado que hoje, dia 4 de outubro, é o Dia Nacional dos Agentes de Endemias. Acredito que nenhum dos Vereadores tem essa informação, porque, afinal, nenhum deles fez algum tipo de homenagem aos agentes de combate às endemias, que são servidores do município. Então, deixar registrado que hoje é Dia dos Agentes

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

de Combate às Endemias e os Comunitários de Saúde. Venho aqui falar em nome dos servidores públicos.

Estamos falando do Orçamento da Prefeitura, um dos orçamentos que, nos últimos anos, está tendo maior quantidade de dinheiro. Eu acho que uma parte desse dinheiro precisa ser reservada às pessoas que trabalham para este município. Então, dentro desta Comissão de Finanças, hoje, a nossa intenção é garantir que todo esse dinheiro que hoje nós temos na Prefeitura não vá só para asfalto. Asfalto é importante, a zeladoria da cidade é fundamental, mas quem faz a zeladoria também precisa de ter a sua valorização real. Então nossa fala hoje é com o intuito de que os nobres Vereadores estejam atentos para que uma parte desse orçamento seja, de fato, reservada para as pessoas que fazem esta cidade girar, para as pessoas que trabalham neste município, para as pessoas que estão na rua dando assessoria para a população, para as pessoas que chegam na casa da população da periferia até dos mais abastados, que seja pensado nessas pessoas na hora de fazer o orçamento da cidade.

Muito obrigada.

- Assume a presidência o Sr. Sidney Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Próximo inscrito, Rapper Pirata.

O SR. RAPPER PIRATA – Em nome do Sidney Cruz, cumprimento todos os legisladores; em nome dos funcionários públicos da Câmara Municipal, cumprimento os funcionários públicos da cidade; contra o genocida, Juventude Pop Periférica cumprimenta os cidadãos.

A cidade de São Paulo é uma cidade com 11, 12 milhões de pessoas, 50% delas em estado não-trabalho, dados do IBGE, não estou inventando; e os outros 45% estão no tal do trabalho formal. Esses 110 bilhões vão chegar nessas pessoas? A política do Ricardo Nunes, percebendo a de várias outras, vou perceber na Cultura, ela é centralizada, é burguesa, não chega nas pontas, a periferia é discurso para entretenimento. Essa política vai chegar lá? A impressão que eu tenho, o Ricardo Nunes é um político que se tornou Prefeito a partir da periferia

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

da zona Sul, mas eu percebo que o secretariado dele nem quer saber da periferia porque a política é centralizada e isso está no discurso do próprio orçamento.

Outra coisa, não é claro no orçamento, a gente tem que parar com esse papo-furado dos funcionários públicos serem o maior gasto da cidade. Quantos editais de funcionalismo público eles têm jogado na cidade nesses últimos anos? Quantos concursos públicos teve? E aí eu pergunto: por que são 48 bilhões de reais, que eu vi na peça orçamentária, a tal das Outras Despesas? Os 48 bilhões em Outras Despesas é de assustar qualquer coisa.

Aí eu queria saber o que é a tal da Geroc. Você vai na Secretaria de Cultura, você vai discutir as políticas de cultura sobre o hip hop: não, mas Geroc deu 300 reais para a periferia. Como é, tem a quarteirização dentro das secretarias? O que é o dinheiro público? Se isso não existe, é preciso ser claro porque o que não tem é a participação da sociedade civil. Se não tem participação da sociedade civil no Governo, então tem vários questionamentos e eles vão haver sempre porque tecnicamente está tudo certo, tecnicamente estão aí os técnicos; tecnicamente faz audiência pública, mas isso é só tecnicamente, o Orçamento é político. E essa política é para toda cidade de São Paulo? Vai atingir todos? A gente vai continuar com a contradição? Porque se aumentou a Assistência Social é porque tem empobrecimento, é simples assim. Não é porque é uma benevolência, eu sou bonzinho, aumentou o empobrecimento da cidade. E a sensação que, às vezes, eu tenho é que não entende a cidade.

E aí quero saber da confusão entre a coisa pública e a privada porque teve a The Town, que é uma coisa privada porque privatizaram o Autódromo, foi uma concessão, e aí uma coisa privada, uma empresa privada com gasto público. Ganhou duas vezes porque pagou ingresso e a cidade de São Paulo participou disso. Eu queria aí uma audiência pública sobre o The Town.

Eu desejo também para esta Comissão uma audiência pública Paulo Gustavo porque vai entrar 80 milhões de reais a mais este ano no Orçamento, e até agora a Secretaria de Cultura não mostrou nada para nós, não tem planejamento. E aí a moça da Gestão, aí tem que pedir

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

para esses secretários mostrarem qual vai ser o planejamento para 2024, e não promessa, falar do PPA ou de não sei o que, mas o que eles vão executar, isso não é transparente.

E o restante do debate a gente vai fazer futuramente.

Gratidão!

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Obrigado, Rap Pirata. Próxima inscrita é a Sra. Sheila Costa, do Sindsep. Fique à vontade. Três minutos.

A SRA. SHEILA ARAÚJO COSTA – Bom dia a todos e todas. Meu nome é Sheila, sou nutricionista da Prefeitura de São Paulo, trabalho no Centro Referencial do Trabalhador, atualmente sou liberada para a gestão do Sindsep.

Fiquei bem otimista com a previsão e crescimento do orçamento, razão pela qual quero fazer alguns questionamentos. Por exemplo, eu foquei na minha área, onde permeio mais, que é a saúde e assistência, vi que vai ter um crescimento considerável, como colocou o colega. Se cresce a assistência é porque tem empobrecimento.

Mas quero saber de que forma vai ser esse investimento porque a gente tem um problema aí que é o fato de que a terceirização não deu certo. Inclusive, a assistência social é 97% terceirizada. No momento, estamos com uma denúncia extremamente grave, para qual temos de prestar atenção, que foi o Centro Pop da Mooca ser denunciado por ter comida estragada.

Nesses casos, há desvio de função porque não tem nutricionista fazendo o movimento. Não há nenhuma nutricionista em SMADS, sendo que a fome é uma realidade que temos hoje. É preciso dar uma olhada nisso, porque é muito dinheiro sendo desviado.

Na saúde também a gente vê a precarização e o crescimento das organizações sociais. Aí vem o questionamento: vai ter investimento no servidor público, por exemplo? O quanto disso vai ser investido na valorização da carreira e, principalmente, na questão do concurso público. A gente precisa urgente de concurso público em todas as áreas, inclusive, na assistência, na educação.

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

Outra coisa, eu venho em público apoiar a greve de ontem que é contra a terceirização da Sabesp, da CPTM, por exemplo. A gente vê aqui em São Paulo no dia a dia que não deu certo. A conta não fecha. É algo que a gente tem que questionar.

Como já foi falado, se tem dinheiro do Iprem para pavimentação, por que estão penalizando o servidor aposentado com 14%? Muitos desses servidores, por conta desse desconto, estão em insegurança alimentar. Hoje tem mostrado o quanto tem passado fome literalmente.

Para fechar, eu quero falar sobre o quanto a Prefeitura tem precarizado a força de trabalho em duas frentes: as mães POTs. Eu faço parte do CAE – Conselho de Alimentação Escolar e tenho visto as mães POTs, por exemplo, nas unidades, que é um programa de trabalho, sendo precarizada no sentido de que quando falta uma funcionária, se coloca a mãe POT para fazer qualquer coisa.

Da minha área, especificamente, a gente tem as nutricionistas assessoras que foram contratadas para fazer assessoria nas conveniadas. Olhem só o conflito de interesses, para começar. Em segundo lugar, é uma penalização, inclusive, uma colega foi fazer fiscalização comigo, está em licença maternidade, foi porque é PJ. No meio da visita o peito dela começou a vazar. Ela não tem o direito de amamentar o filho de três meses?

A Prefeitura está pactuando com a precarização do trabalho também. Não dá para aceitar isso. Tem orçamento para que haja concurso público aos trabalhadores efetivos, assim como a política de valorização do servidor em todas as áreas.

Parabenizo os agentes de endemias que fazem um trabalho bom e muito importante na Vigilância do nosso município.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sheila. É a última inscrição. Chamo Norberto Antonio Batista.

O SR. NORBERTO ANTONIO BATISTA – Bom dia, eu gostaria de fazer algumas

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

considerações a respeito das receitas apresentadas.

Inicialmente, chamo a atenção que o orçamento tem um aumento de 16% nas receitas, evidentemente, nas despesas também.

Quero lembrar que o ICMS, por exemplo, terá para o ano seguinte um decréscimo de 3,56%, não foi especificado isso. Ao mesmo tempo, o IPTU terá um aumento de 6,3%, acima de inflação prevista de 3,87%.

Quero chamar a atenção que de 2010 até 2023, em 2010 as receitas do IPTU eram inferiores às receitas do ICMS em 24%. Hoje, o IPTU é superior ao ICMS em 83%, com base nos dados que apresentaram aí.

Isso daqui, evidentemente, o ICMS em todo esse período, em todos os anos, teve um decréscimo, neste ano é maior, foi superado em um ou outro ano, em 21,25%. Enquanto que o IPTU, só no índice de construção, subiu 91%, nesse mesmo período.

Eu não sei se falta alguma política que o IPTU serviu para expulsão dos produtores e, consequentemente, redução do valor agregado para calcular o índice do IPTU ou qual foi a política que se desenvolveu. Evidentemente, o aumento do IPTU influenciou a queda do ICMS.

Então eu gostaria de algumas explicações sobre esses itens que, no meu ponto de vista, são significativos. Eu não ouvi nada na audiência pública.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sr. Norberto.

Abrindo agora para os Parlamentares, a Vereadora Luna Zarattini pediu a palavra, porque acho ela tem outro compromisso. Tem a palavra, Vereadora Luna Zarattini.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Obrigada, Presidente. Bom dia todos e todas, aos que estão acompanhando esta audiência pública. Agradeço a presença dos Secretários do Governo. Saúdo meus colegas Vereadores que estão presentes.

Quero dizer que as falas que me antecederam são muito importantes, saúdo a fala da Sheila. Estamos à disposição para essas denúncias. Sou Presidente da Comissão de Direitos

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

Humanos, temos feito um relatório de equipamentos públicos, de acolhimento à população em situação de rua. Depois, se você quiser falar, procure o Guilherme, poderemos dar um encaminhamento à sua fala.

Quero dizer que esta audiência é importante porque não há como se pensar em políticas públicas sem debate e discussão do orçamento. A gente sabe que é uma grande disputa o orçamento da nossa cidade. Para mim este momento é importante, também para todos nós.

Quero fazer algumas perguntas. Realmente, é o início, serão muitas audiências que teremos pela frente, audiências temáticas, regionais. Eu pretendo estar presente nelas.

Gostaria de fazer duas perguntas iniciais sobre o que foi apresentado, a respeito das previsões da receita. A primeira pergunta envolve a questão da subestimação das receitas. A segunda pergunta é sobre os contratos emergenciais.

Preparamos junto com a assessoria essas perguntas, vou colocar aqui para trazer alguns dados, depois vou rever a audiência para pegar as respostas, porque vou precisar sair correndo. É uma vida muito doida essa que a gente leva.

A primeira pergunta: um dos instrumentos para subestimação da receita é justamente a subestimação do crescimento do PIB, afinal, o nível da atividade econômica impacta a quantidade de recursos arrecadados, sobretudo o ISS, como apresentado aqui pelo Samuel, que foi um dos principais impostos arrecadados pelo município.

De alguma forma, é bastante gritante se a gente tem essa diferença em relação à subestimação. O que está acontecendo é que desde o ano passado a Prefeitura tem utilizado o crescimento de 0,4% do PIB para este ano e, se não crescermos mais nada, desde julho deste ano, até o final do ano, o Brasil vai crescer 1,3. Então, por que usar outra metodologia? A Prefeitura usa uma metodologia própria e isso pode significar que não estamos discutindo um pedaço da receita. Pode significar um pedaço grande, assim, de 1,4 bilhões de reais, com essa subestimação que não está condizente com a realidade. Isso significa que uma parte desse recurso não está sendo discutida pela Câmara, não está sendo discutida pela sociedade. Ou

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

seja, não tem controle social nem participação.

Então, o que eu gostaria de questionar é: por que continuamos insistindo no uso do Boletim Focus nas previsões de crescimento, em vez de utilizar outros boletins, como o Macrofiscal da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda? Por que utilizamos as expectativas de mercado em vez dos dados públicos da União, se os dados públicos possuem previsões mais assertivas e são utilizados por outras prefeituras, como a de Belo Horizonte, e pela própria LOA em tramitação no Congresso? Então, essa era a primeira pergunta.

A segunda pergunta envolve os contratos emergenciais, outra política que vem sendo feita pela Prefeitura de São Paulo. Além de um acúmulo de caixa – hoje, temos por volta de 35 bilhões de reais e acreditamos que é importante que gastemos e resolvamos as demandas da sociedade –, temos percebido que existe um aumento nos contratos emergenciais. Esse aumento até foi citado pelo TCM e, segundo o TCM, os gastos com contratos emergenciais saltaram de 80 milhões, em 2020, para 2,6 bilhões, em 2022, um aumento de 2.475%. O TCM também aponta que essas emergências fabricadas têm significado um superfaturamento de obras, ao driblar, por exemplo, licitações que garantem concorrência e um preço menor – então, menos oneroso para os cofres públicos. Eu gostaria de perguntar se parte dos investimentos previstos na LOA continuarão sendo gastos por meio de contratos emergenciais ou se há previsão de revisão ou reversão, por parte da Prefeitura, dessa forma jurídica de realizarmos isso, porque contratos emergenciais, como o próprio nome diz, são para emergências, e não para questões que são estruturantes, da cidade, como tem sido feito nesse último período.

Então, são primeiras perguntas um pouco mais gerais, porque eu entendo que vamos fazer uma sequência de audiências temáticas e regionais. É muito importante nós nos debruçarmos sobre esses temas.

Obrigada, Presidente. Obrigada a todo mundo. Depois, eu pego as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereadora Luna Zarattini. Vereador Manoel Del Rio? Em seguida, nós vamos aos nossos queridos Vereadores da Comissão.

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

O SR. MANOEL DEL RIO – Primeiramente, cumprimento todos os presentes, nossos colegas Vereadores e Secretários. Quero pedir à Sra. Adriana, que falou aqui, que entre na minha rede social, pois há, lá, uma saudação ao agente comunitário de saúde. Entre na minha rede social, pois está lá.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MANOEL DEL RIO – Isso, mas, está lá, na rede social.

Hoje também é Dia Mundial do Sem-Teto e Dia de São Francisco. Por conta de São Francisco, eu quero colocar aqui a questão da assistência social.

Eu vi que aumentou o orçamento na assistência social e acho que tem de aumentar e aumentar mais, porque as questões sociais de São Paulo se agravaram nos últimos 10 anos. Vocês falaram do aumento do investimento nos últimos cinco anos. Por exemplo, a questão da moradia se agravou. Se havia dois milhões, agora temos três milhões. Há a questão da população em situação de rua. Se você tinha 14 mil, hoje se fala em 50 mil. Também há um dado que fala que há dois milhões de pessoas passando fome. Então, eu acho que ainda temos de investir mais na assistência social.

É claro que não é só na assistência social, porque você investe em educação, saúde e outras políticas públicas. De um modo geral, acaba chegando à população, mas hoje você tem uma especificidade da questão da população mais vulnerável. Para ela não chega a política pública. Nesse sentido, você precisa de um investimento maior na assistência social, inclusive para suplantar esse problema que nós estamos enfrentando com a população em situação de rua, com os usuários de álcool e outras drogas. Então, eu acho que tinha de se melhorar esse orçamento da assistência social. Seria a minha sugestão.

Menciono a moradia, também, porque também se agravou a situação habitacional. Está ocorrendo um fenômeno muito rápido na cidade de São Paulo. Os bairros onde há infraestrutura estão perdendo população. Ou seja, estão perdendo a população de menor renda. A população de menor renda está migrando para as periferias, para Itaquaquecetuba, para essas

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

regiões onde o aluguel é um pouco mais barato. Então, teria de haver uma intervenção mais rápida nessa questão da habitação, levando-se em conta, ainda, que você tem muitos imóveis vazios. O IBGE revelou que você tinha 493 mil domicílios vazios e hoje o IBGE revela que há 580 ou 590 mil domicílios vazios. Esse fenômeno explica o aumento do aluguel e a população de menor renda vai para a rua ou vai para a periferia.

Então, eu vou colocar aqui algumas emendas, de aumentar a verba da assistência social e, também, da questão da moradia. Quero conversar sobre a agilização do investimento nessas políticas, além das outras, é claro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Manoel Del Rio. Em seguida, vou fazer três intervenções rápidas.

A primeira dificuldade que eu vejo é como o município pode acompanhar o orçamento cidadão pela execução orçamentária, Secretário. Não sei se nós podemos melhorar esse dispositivo.

Falou a Vereadora Luna Zarattini de 35 bilhões em caixa. Nós aprovamos uma operação de crédito de 10 bilhões nesta Casa e chegou um projeto, agora. Vamos ver se eu consigo identificar o número do PL. (Pausa) Enfim, veio um pedido para mais sete bilhões em operações de crédito. Chegou a esta Casa. Então, fica essa pergunta. A concessão de transporte não prevê, porque há o argumento dos ônibus elétricos e todo esse debate, mas são as empresas permissionárias contratadas que têm a obrigação. Então, acho que fica esta grande dúvida: para que se precisa de mais sete bilhões em operações de crédito, se nós já aprovamos 10? Vamos fazer só um jogralzinho. Nesses 10, Secretário, estão inclusos – ou há sete inclusos – para os 110 do ano que vem, não é? Acho que foi feita a exposição. Só me tire a dúvida.

O SR. LUIS FILIPE VIDAL ARELLANO – Sim, sim. A maior parte desse projeto diz respeito às operações que se referem ao orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – São 103, mais os sete, que esta Casa liberou.

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

Então, dos 10 que já haviam sido aprovados, sete já estão se incluindo para a previsão orçamentária do ano que vem. Aí chega aqui um pedido no valor de - vai dar 7 bilhões – são 2 bilhões e 500 milhões de reais para operação de crédito interno. Depois tem 750 milhões em dólares americanos, de operação de crédito e 250 milhões em euros. É mais ou menos isso. Esse é o projeto que chegou nesta Casa. Basicamente são essas perguntas. Acho que o instrumento de acesso e o motivo de mais operações de créditos.

Eu sempre vou fazer uma pergunta, porque acho que ninguém está se dirigindo a Secretaria de Gestão – acho que anteontem tivemos a oportunidade de fazer - A folha está em 30 bilhões? Despesa com pessoal?

O SR LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO – Pessoal encargos, valor para o ano que vem, 38 bilhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – 38 bilhões. Vou perguntar novamente se as terceirizados estão inclusas ou não?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então já está respondido, que é só da administração direta. Os trabalhadores das Organizações Sociais, da sociedade civil, nós não conseguimos ter esses dados, ainda, da Secretaria. Porque senão vamos dizer que é muito saudável. Estamos com uma folha que dava 37? Só lembrando os números.

O SR. LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO – 38, para o ano que vem, projetados.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Seria uma maravilha, né? Podemos chegar em 54%, dependendo até 60%. Eu costumo dizer que eu ajudo o Governo. Imagina, 38%! No mundo não tem ninguém que só usa 38% para folha de pagamento. Então tenho insistido com o Governo. Porque aí não entra os trabalhadores das Organizações Sociais? Nós precisamos ter esse dado. Porque senão sai por aí dizendo: olha São Paulo é um absurdo, só gasta 38. Não contrata. Terceiriza, privatiza. Então dá para contratar, fazer concurso a rodo. Não dá mais para dizer que lá na Cultura não tem funcionário suficiente para executar os projetos que existe. Eu

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

cito, sempre, a Cultura. Na Subprefeitura está faltando Engenheiro Agrônomo.

Eu sempre vou fazer essa pergunta Secretário, aproveitando a Secretária de Gestão, que nós precisamos chegar um dia nesse número aqui. Possivelmente, eu até diria que vem um outro tanto desse, quase. Outro não pode estar, porque nós não podemos misturar, também, o que são recursos, alimentação, essas coisas que vão para as Organização Sociais. Temos que falar da folha. Esse é um número que nós precisamos apurar. Eu acredito. Sempre insisto nisso. Seria esses meus questionamentos.

Passo a palavra ao Vereador Dr. Paulo Frange. Se alguém *on-line* se manifestar, por favor, vereadores e vereadoras.

Tem palavra Vereador Dr. Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Muito obrigado.

Quero cumprimentar, antes, com certeza todos os agentes comunitários desse país. O estado de São Paulo tem mais de nove mil e há um reconhecimento, absoluto da sociedade, do papel dessas extraordinárias figuras que nos representam em campo, na atenção básica que foi a responsável pela derrota da Covid na cidade São Paulo e no Brasil. E o mérito fica para as UTIs, porque há uma inversão de valores no que tange à saúde. Eu tenho 47 anos de medicina ativa, portanto, eu posso falar, é muito importante valorizar o papel das terapias intensivas. Sou especialista em terapia intensiva, mas as pessoas não valorizam. Todo o trabalho do atendimento à Covid, mais de 95% dele, feito na rede de atenção básica, a um custo extremamente barato. A terapia intensiva é a ponta da medicina e a gente acha, inclusive, que é muito sofisticado, muito importante morrer em uma UTI do Albert Einstein e esquece que as pessoas que não morreram foram aquelas que foram atendidas precocemente na atenção básica de saúde. Temos aqui uma dívida de gratidão eterna pela atenção básica de saúde, estratégia essa que completará 30 anos o ano que vem, quando foi criada em 94, mas se iniciou em 91, no Governo Fernando Henrique Cardoso. E, antes disso, nós, quando eu digo nós - eu Paulo - estava no Nordeste, quando trouxemos a ideia e o modelinho para uma cidade Cabo Santa

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

Agostinho, que o prefeito peitou em 89 e fez uma coisa parecida com o PSF, com o médico andando de porta em porta, porque ele foi a Cuba conosco e ficou apaixonado com a ideia. Na época, infelizmente, o município tinha capacidade para pagar tudo isso, e não prosperou, mas a ideia já vinha anterior. É uma história muito bonita. Não posso deixar de fazer menção e homenagear essas pessoas. É de conhecimento público e hoje as redes sociais todas falam de agentes comunitários. É muito interessante, eles acabaram sendo reconhecidos.

Secretária, a minha primeira pergunta é: o que nós podemos fazer para o Governo Federal repassar os recursos que são devidos à saúde para a cidade de São Paulo? Essa pergunta estou fazendo em 2023. Fiz em 2022, 2021, 2020 e, infelizmente, o fato de São Paulo ser uma cidade rica parece que o Governo Federal esquece de que nós precisamos de recursos. Somos ricos, porque produzimos muito e temos gente demais. Temos gente suficiente para nos chamar, autodenominar país de 12 milhões de habitantes, mas não repassa. Eu vejo que a cada dia o município de São Paulo está assumindo responsabilidade de contas que deveriam ser da atenção secundária do estado, e a terciária, também, do Governo Federal.

Vou dar um exemplo da cidade de São Paulo, o problema dos cateterismos. Quando os pacientes são atendidos na rede estadual, a rede estadual tem atenção suficiente para isso e os pacientes são encaminhados dentro da própria rede. Quando são atendidos na rede municipal, são 30 hospitais e eles encaminham e nós temos que ficar aguardando uma vaga 30, 40, 50 dias.

Estive com o Prefeito Ricardo Nunes na sexta-feira e fiz um pedido especial, tenho insistido muito na Secretaria de Saúde para que a gente também não espere por isso mais, para que a gente possa colocar máquina de cateterismo sem ter que gastar, porque esse serviço é terceirizado. Graças a Deus nós podemos falar, preciso desse serviço funcionando, pelo menos em três pontos da cidade: Cidade Ademar, Jabaquara e Hospital da Brasilândia. Porque não a zona Leste? Porque nós já temos as Santas Marcelinas - não é Santa Marcelina – as Santas Marcelinas, que já faz o cateterismo no Hospital Santa Marcelina, de Itaquera, há muitos anos,

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

inclusive com cirurgia cardíaca. É mais uma situação. Só que colocar as máquinas habilitadas pelo SUS, porque só faltava agora São Paulo pagar cateterismo, que não é atribuição nossa, porque já estamos assumindo conta demais.

Aqui nós temos um problema. Primeiro eles não repassam. Segundo, nós temos que cobrar mais das nossas parceiras para que faça, efetivamente, 100% do faturamento que eles produzem, para que essa conta vá para o Sistema Único de Saúde na própria atenção básica. Nós recebemos o PAB. Esse recurso tem que vir, é sagrado, mas nós precisamos cobrar essa conta. E precisamos cobrar bem. Para isso cada organização social tem que cumprir, rigorosamente, com o faturamento daquilo que produzem. Estão produzindo muito mais do que nós esperávamos, mas nós precisamos acompanhar agora junto à Saúde, se essa cobrança está chegando, também, ao Governo Federa. Porque elas recebem do Tesouro e nós temos que esperar o Governo Federal repassar para gente e se repasse e não vem.

Aqui nós temos um problema para resolver com o Governo Federal. Não consigo imaginar qual seria a dinâmica do Prefeito Ricardo Nunes e mais a Secretaria de Saúde e mais a gestão do município, para que possa fazer incursões junto ao Governo Federal para nos repassar. Vejo aqui que nós continuamos recebendo a menos, valores a menor. Essa é uma pergunta, acho que é o momento de começar a trabalhar esse assunto, não adianta ter transferida alguma coisa a mais no período da Covid, e depois voltar aos níveis anteriores a 2019, com uma demanda reprimida que nós temos hoje.

A segunda situação é com relação à alienação de bens, um valor realmente muito pequeno. Nós aprovamos em 2017/2018 o programa de Desestatização e não estamos conseguindo movimentá-lo, não estamos conseguindo vender aquilo que nós temos e não precisamos mais. Um extraordinário número de terrenos na cidade de São Paulo, que já tem avaliações de todas as secretarias de que não têm interesse naquele terreno, mas a iniciativa privada tem. O programa de Desestatização foi criado e tem finalidade específica: infraestrutura, mobilidade, habitação, enfim, toda parte social. Mas, precisamos criar um mecanismo e aí eu

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

vou aproveitar a Secretária, Dra. Marcela, para que possa criar um mecanismo para que isso possa ser mais rápido e vou deixar como contribuição, Dra. Marcela, uma primeira sugestão.

Vários Prefeitos, e eu tenho sete mandatos, já passei pelo menos por quatro que tiveram a mesma ideia, vamos começar a vender aquilo que é bem pequeno e lindeiro, não há como esperar aprovar aqui na Câmara um projeto para vender 200 metros para o vizinho que não serve para o município, não serve para ninguém, são remanescentes de desapropriação. Então, um lote de até 250 metros quadrados poderia ser automaticamente negociado pela Prefeitura, desde que seja com lindeiro, isso daria um extraordinário número de iniciativas, naturalmente, de gestão para que possamos vender pelo valor que a Secretaria estabelece na Desestatização. E acelerar um pouco mais a desestatização para que possamos ter recursos oriundos daquilo que não nos interessa, até para que possamos eventualmente comprar um terreno, ou seja, desapropriar terrenos onde nós precisamos.

Vou dar exemplo da Casa Verde, a Casa Verde, Limão/Cachoeirinha não tem um CEU até hoje. Por que não tem? Falta de vontade? Não. Não tem terreno, não existe um terreno com mais de 10 mil metros quadrados, eles pedem 20 mais 10 mil metros quadrados público na região. Vamos fazer agora, a Prefeitura autorizou, uma desapropriação de um terreno e é um terreno que hoje tem um espaço que é privado, não tem outra saída, mas existe terreno público e nós podemos comprar e esse terreno seria extremamente bem-vindo.

Por fim, essa redução no valor outorga é curiosa, é real, nós não imaginamos que esteja errado esse número, mas ele não combina com a fotografia da cidade que tem prédios sendo plantados para todos os lados. Só em Perdizes onde eu moro tem 50 de prédios em construção no entorno das bocas de metrô, agora o tatuzão chegou lá esse final de semana, 50 prédios, eu vou ter que sair de lá, 50 prédios de uma vez só, é impressionante e não é só lá isso está acontecendo na cidade toda. Esperamos uma arrecadação de outorga com certeza muito maior. Também sei que esses prédios que estão saindo agora pagaram outorga há dois anos, portanto, deve estar dentro do 1.1 bi de 2022 e 2021, porque demora muito entre pagar outorga

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

e iniciar a obra. Muitos iniciaram quando se iniciou o retorno das estações que estavam paralisadas.

Só para o pessoal da Finanças, a nossa expectativa, nós aprovamos um PDE para uma ampliação de raio muito importante da zona de eixo e o mercado vai continuar produzindo em cima das zonas de eixo. Ele funcionou e mesmo que não tivesse ampliado, o mercado não pararia pelos próximos 10 anos, com a ampliação dos eixos, temos uma perspectiva de que eles não conseguem preencher esses eixos nem em 25 anos. Portanto, a arrecadação para 24 deve ser muito maior do que está previsto porque nós aprovamos o PDE agora com uma ampliação da zona de eixo, afora as áreas que estavam congeladas como eixo previsto e que deixaram de ser eixo previsto agora, que é um número razoavelmente grande.

Então, eu acho que dá outorga a previsão para o ano que vem o número deve ser muito maior, a minha preocupação é saúde não aguentar e a outra preocupação é o Fundeb ter diminuído. Isso não dá para acreditar. Nós esperamos que o Fundeb deveria estar aumentando. É apenas um comentário superficial, panorâmico, sobre os números que nós vimos aqui, mas quero cumprimentar as Secretarias que estão presentes pelo brilhante trabalho que tem feito e pela responsabilidade com quem tem tratado todos esses temas junto com o Tribunal de Contas do município.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Paulo Frange, passo a palavra ao designado relator do orçamento, vereador Dr. Sidney Cruz.

O SR. SIDNEY CRUZ – Obrigado, Presidente. Novamente eu quero agradecer pela indicação e cumprimentar e fazer uma correção com relação aos Secretário Aureliano, que já estava presente na minha primeira fala, e parabenizá-lo pela apresentação, Secretário Samuel, trouxe uma apresentação esclarecedora em linhas gerais o que me chamou atenção é que 25% da nossa arrecadação sai do ISS, um valor significativo. Temos alguns pontos que foram levantados, quero aqui parabenizar a participação da Lucianne, Rapper Pirata, Sheila, Norberto,

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

principalmente, o Pirata, que sempre presente contribuindo na construção de políticas públicas na cidade de São Paulo. Temos aí um orçamento um crescimento de mais de 15%, o maior orçamento da história da cidade de São Paulo.

Olhando para o orçamento de 2022 e pegando um gancho na fala do nobre Vereador do PT. Está presente ainda, Manoel Del Rio? Falando da assistência social. Um ponto que me chamou atenção, Vereador, são os repasses do Estado e da União, repasses tão pequenos. Olha o tamanho do nosso investimento aqui no município, na função social. Precisamos fazer uma pressão com uma cobrança de uma participação mais efetiva. Sabemos da necessidade da área social e é muito fácil cobrar, mas precisamos de recursos. A cidade de São Paulo pelos números vem apontando essa preocupação com investimentos cada ano maior.

Concordo com tudo que V.Exa. falou, precisamos de mais, mas precisamos pressionar o Governo do Estado de São Paulo e o Governo Federal para começar a participar efetivamente com o pagamento das contas porque senão fica muito fácil.

Outro ponto que eu queria pontuar, fica até redundante, mas você faz necessário: quem caminha nas periferias da cidade de São Paulo, quem vem acompanhando as mudanças climáticas no nosso país e no mundo, sabe que há necessidade de intervenções emergenciais e urgentes para quem mora ou para os que moram ao lado dos córregos da cidade e, às vezes, e muitas das vezes não tem como parar para seguir o rito que muitos esperam, e que eu também espero, mas quem está ali ao lado, quando começa a trovejar, não consegue dormir. E, Pirata, falo isso com propriedade porque já fui morador de um barraquinho de tábua em cima de um córrego. Quem sabe da minha história sabe do que estou falando.

Então, quero agradecer a presença de todos, a presença massiva do governo, parabenizar o Prefeito Ricardo Nunes. É óbvio que esta Casa tem autonomia, e vamos começar a nossa maratona com a participação da sociedade civil. Serão 15 audiências públicas temáticas – não é isso, Sr. Presidente? -; 5 regionais. Teremos a oportunidade de ouvir os subprefeitos das 31 subprefeituras da cidade de São Paulo. E tenho certeza de que, juntos, iremos realizar os

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

ajustes necessários para melhor atender a nossa população, especialmente os mais necessitados desta cidade, que são os que mais precisam da presença do ente público municipal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador relator Dr. Sidney Cruz. Já passo às considerações do Secretário Luis Felipe Vidal Arellano, da Secretaria Municipal da Fazenda.

O SR. LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO – Obrigado, Presidente. Gostaria de agradecer a todos os cidadãos e cidadãs e também aos Vereadores que compareceram e fizeram comentários e perguntas.

Vou tentar responder de maneira geral as perguntas que foram feitas. Aquelas que não eram exatamente perguntas, mas eram mais comentários, foram anotadas para serem levadas em consideração ao longo das próximas semanas até a aprovação do projeto. Tivemos alguns comentários em apoio ao serviço público, aos servidores públicos, com o que, obviamente, estou inteiramente de acordo e endosso até como servidor público de carreira que sou. Conheço a importância do serviço público e sei também que, além de políticas públicas socialmente responsáveis, precisamos também garantir que essas políticas públicas sejam fiscalmente responsáveis, porque é isso que garante a sustentabilidade das políticas públicas ao longo do tempo, e é isso o que o cidadão quer; ele não espera que a gente ofereça, no curtíssimo prazo, um serviço público que depois vai precisar ser descontinuado por conta de alguma crise fiscal que aconteceu ali na frente.

Foram feitas considerações importantes também, por exemplo, pelo Rapper Pirata a respeito de como garantir que a política pública, que o orçamento chegue à ponta, que a população consiga de fato se perceber representada no orçamento. Essa é uma preocupação nossa. A Prefeitura tem trabalhado cada vez mais para regionalizar o orçamento para permitir não só no momento de elaboração, mas no de aplicação do recurso o acompanhamento de se de fato aquele recurso está indo para a ponta. Isso é fundamental que a gente aprofunde cada

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

vez mais para conseguir mostrar isso para a população.

O Norberto fez algumas considerações a respeito da receita, da dinâmica do IPTU versus a dinâmica do ICMS. Ele levanta uma hipótese interessante de que talvez uma coisa seja a coisa da outra, de que a elevação do IPTU esteja de certo modo expulsando algumas empresas da cidade e, consequentemente, reduzindo a arrecadação do ICMS. Na Fazenda, a gente tem a dizer que por enquanto não existe nenhuma evidência empírica de que isso seja verdade. A gente acompanha isso de perto, faz análises para testar esse tipo de situação; não nos parece ser o caso. O fato de que duas variáveis caminham conjuntamente, de que existe uma associação entre elas não necessariamente significa que uma cause a outra. Só para dar um exemplo banal, mas para que todos compreendam: o fato de que, por exemplo, eu encontro isqueiro na casa de pessoas com problema respiratório não significa dizer necessariamente que o isqueiro cause o problema respiratório, porque eu também encontro normalmente cigarro na casa das pessoas com problemas respiratórios, e, na verdade, é o cigarro que está provocando o problema, e não o isqueiro. Nesse caso, a gente enxerga dessa maneira.

O IPTU aumentou sim, ao longo do tempo, em linha com a valorização dos imóveis na cidade de São Paulo, e o ICMS caiu. Não foi o IPTU que resultou na queda do ICMS; as duas coisas aconteceram ao mesmo tempo porque o perfil da economia da cidade de São Paulo tem se modificado. Isso é não só resultado da dinâmica da economia brasileira, mas também de escolhas que a própria cidade fez. Na própria Lei Orgânica do Município você vê, lá, uma predileção por uma cidade voltada para serviços, para indústrias menos poluentes, e é natural que o valor agregado na produção industrial acabe, por conta disso, se descentralizando. E como a participação dos municípios no ICMS tem uma correlação muito grande com o valor agregado gerado dentro do território municipal, essa é a principal causa da cota-parte do município no ICMS ter caído ao longo dos anos, e não, na nossa visão, a elevação do IPTU, embora a hipótese seja válida e mereça consideração e aprofundamento da parte dos nossos técnicos.

Em relação às receitas, a metodologia de projeção de receitas, se eventualmente

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

elas estariam subestimadas: a Secretaria da Fazenda não modificou sua metodologia de projeção de receitas ao longo dos últimos anos. Nós seguimos utilizando, como hipótese para crescimento econômico, o relatório *Focus*, porque a gente entende que é a mensuração mais isenta que existe hoje para esse tipo de variável. A escolha de outra fonte de informação poderia sempre gerar questionamento a respeito de se aquela é a melhor fonte ou não. O relatório *Focus,* pelo menos, traz a média das projeções das principais casas que fazem isso e que apostam seu dinheiro nesse tipo de projeção. É claro que se essa projeção se mostrar otimista lá na frente, a Lei de Responsabilidade Fiscal exige que sejam tomadas providências para correção e eventualmente contingenciamento do orçamento. E se se demonstrarem subestimadas, obviamente existe a possibilidade de abertura de crédito adicional com excesso de arrecadação. Então, naturalmente, não se perde a oportunidade de utilização desses recursos. Mas nós acreditamos, se a gente olhar a variação da receita esperada desse ano com a projeção, levando em consideração essas premissas de PIB, que a receita para o ano que vem é uma receita projetada bem realista; talvez até indo para o campo otimista em função, principalmente, dessas quedas que a gente tem observado no ICMS, que é a terceira principal receita do município.

Em relação aos comentários que foram feitos a respeito da necessidade de que a União contribua mais com os gastos da cidade em assistência social e educação, é claro que nós estamos 100% de acordo. Acho que a cidade de São Paulo tem uma relevância no cenário nacional que não está refletida ainda na distribuição dos recursos de transferências do Governo Federal, e é muito importante que a Prefeitura continue trabalhando para que essa distribuição ocorra de maneira mais justa. A maior parte dos gastos em saúde e assistência social já há muitos anos na cidade de São Paulo é realizada com recursos exclusivamente municipais, e sabemos que a cidade de São Paulo não atende só pessoas da cidade de São Paulo. E vai continuar sendo assim porque nós somos uma população solidária, a gente é acolhedor, a gente é capaz de entender a importância que a cidade, como farol do país, tem para auxiliar o resto do país. Mas é importante também que quem tem condição porque tem um orçamento muito maior

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

do que o municipal de ajudar que tenha um pouco de solidariedade também com a cidade e que auxilie enviando as transferências necessárias tanto na área da saúde como na área da assistência e também em outras áreas, mas vamos ficar só nessas duas, que foram as mencionadas em geral.

Finalmente, em relação às operações de crédito que foram mencionadas, esclareço ao Vereador Presidente que, sim, a proposta orçamentária prevê como operações de crédito não só algumas que já estão em negociação em fase avançada para assinatura e que já estavam autorizadas na lei anterior como também operações novas, cuja autorização seria dada por meio desse projeto que foi encaminhado mais recentemente. Então são operações, principalmente, na área de mobilidade e na área de habitação.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Acho que é isso. Os demais... eu até vou... ok, com a palavra Vereador Manoel Del Rio.

O SR. MANOEL DEL RIO – Presidente, queria fazer uma observação aqui. O Vereador Sidney Cruz citou e outras pessoas citaram também a dificuldade de chegar a verba do Governo Federal, ou mesmo estadual, para a Prefeitura. Tenho falando sempre que tem de haver uma junção dos três níveis de governo para enfrentar as grandes questões que a cidade enfrenta. O problema de São Paulo não é só dos paulistanos, pois as pessoas que estão aqui podem ser paulistanos, paulistas, mas brasileiros em geral. Então, os três níveis de governo devem investir.

Andei por Brasília e vi que o município de São Paulo não acessa determinados recursos que têm lá. Eu gostaria de saber onde está emperrada essa questão de vir recursos do Governo Federal para cá, porque nós podemos convocar os ministros, podemos ver o que fazer, porque é preciso realmente. Por exemplo, temos, hoje, uma situação dramática no que tange à cracolândia, que exigiria um investimento dos três níveis de governo. Eu mesmo tenho um projeto de fazer um centro integrado de atendimento às pessoas usuárias de álcool e outras drogas. Seria um grande centro lá no Parque Dom Pedro, no antigo hotel, perdão, antigo quartel.

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

O terreno é do Governo do Estado. Então o Governo do Estado tem de entrar, e a Prefeitura e o Governo Federal também.

Portanto, há muitas questões. Mesmo o Mais Médicos. Vejam, eu sou da Comissão de Saúde e quando saiu o Mais Médicos, nós propusemos de tinha de vir mais médicos para São Paulo. Depois nem sei se veio ou se não veio.

Só queria saber se tem algum modo, se tem alguma coisa que está emperrada, e que nós podemos contribuir.

Mesmo na moradia, também tenho falado que devia combinar o Pode Entrar – que é um bom programa – com o Minha Casa, Minha Vida. Assim, poderíamos potencializar a construção de moradias em São Paulo.

Eu já estive em alguns bairros onde falamos de trazer o PAC para determinadas regiões. E isso exigira o quê? Uma canalização de córrego, uma reurbanização da região, que o próprio Vereador Sidney Cruz falou, sobre as áreas de risco.

Concluindo, queria dizer que gostaria de saber onde estão emperrados os recursos federais que não vêm para São Paulo. Porque queremos e, por isso, temos de puxar. A situação da cidade, lembrando, é para todos, não vivem aqui só paulistas ou paulistanos, vivem brasileiros em geral.

Sei que do Governo Federal vem o Bolsa Família, mas, às vezes, o Bolsa Família não chega, porque não há equipes para fazerem o CadÚnico na assistência social. Até nós já tivemos, aqui, reuniões e audiências públicas sobre o CadÚnico. E nós queremos que o Governo Federal mande dinheiro para a equipe do CadÚnico, pois à medida que se faz o CadÚnico, a pessoa já acessa o Bolsa Família, que já é uma grande contribuição para a cidade.

Então é isso, queria saber onde está emperrado? Tem recursos que estão parados lá e não estão vindo? Vamos chamar o ministro responsável, ou alguém a fim de que possamos agilizar essa parceria. São Paulo precisa dos três níveis de governo. O problema dos paulistanos abrange os três níveis de governo. E eu sei que o Governo Lula tem feito esforço enorme para

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

trabalhar com a população em CadÚnico, investir, prioritariamente, na população de CadÚnico.

Era isso, Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Agora o Sr. Clodoaldo, que pediu a palavra, representando a Secretaria de Governo Municipal.

O SR. CLODOALDO PELISSIONI – Bom dia a todos. Presidente, cumprimento V.Exa. e também a Mesa. Quero cumprimentar também as perguntas feitas, agradecendo a oportunidade e a participação de todos.

A Lucianne é funcionária da Saúde e falou da questão do funcionalismo. O Prefeito concedeu aumento de 5% esse ano aos funcionários públicos, todos eles. Só dar um exemplo: às empregadas domésticas, esse ano, foi de 3%, o que representa um esforço grande aí da Prefeitura.

Lembrando que a Prefeitura tem publicado muitos concursos, não é mesmo, Secretária? Muitos concursos em todas as carreiras para poder suportar a demanda que a Prefeitura tem.

O Éber falou da Lei Paulo Gustavo. Éber? (Pausa) Rapper, ah desculpe. Quero dizer que a lei vai ter logo o decreto publicado entre amanhã e depois; os editais vão ser publicados em seguida para que as entidades, as pessoas, enfim, possam participar do financiamento. Aconteceram as audiências e nós temos um limite que o Governo Federal determinou, até o fim do ano.

Mas prestando a informação quanto a Interlagos, que você também falou. Interlagos não está concedido. O que a Prefeitura fez foi realizar intervenções no local para tornar aquilo uma grande arena, não só para o automobilismo, mas para também para eventos e shows. Um evento grande como esse gera muito emprego mesmo. Haviam 20 mil pessoas trabalhando naquele evento. E a conta aí é que mais de um bilhão girou a economia da cidade. No final do ano, teremos outro grande evento, que será o Primavera Sound; em março, o Lollapalooza. Em junho, teremos as Seis Horas de Romance, uma nova prova que está voltando para São Paulo.

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

Essa questão dos grandes eventos é muito importante para girar a economia da cidade e gerar empregos.

Depois, vindo para a questão da Sheila, quero dizer que a Prefeitura tem, sim, contratado nutricionistas para alguns programas. Tem um programa agora que se chama Cozinha Escola, onde já existem nutricionistas recém chamadas, que estão ajudando a fiscalizar os trabalhos das cozinhas-escolas. São 60 cozinhas-escolas que oferecerão 24 mil refeições em todos os lugares das periferias. É um programa importante de segurança alimentar, importante trabalho das nutricionistas.

Dizer também que o POT, mães, se teve esse problema, o que nós ouvimos, é que o problema é um bom sucesso, pois as mães ajudam, a partir da bolsa que ganham, a repatriar alunos que não estão vindo à escola, que têm problemas, elas mesmas entram em contato com outras mães. É um programa que a Prefeitura aumentou, eram mil bolsas para duas mil. O POT inteiro, aliás, a Prefeitura dobrou. Eram 9 mil, falando agora já da assistência social, de 9 mil para 18 mil bolsas. Por isso, importante.

A questão da arrecadação que foi mencionada, acho que a Fazenda já respondeu. Sobre as emergências, acho que a Prefeitura fez uma série de obras necessárias em córregos, encostas. E, agora, a Prefeitura vai soltar um grande programa em áreas de risco, a partir dos Cadernos de Drenagem, serão mais de cem intervenções; os projetos estão sendo concluídos pela fundação ligada à Poli, da USP; e eles devem ter suas licitações publicadas nesse fim de ano e começo do ano que vem.

Enfim, as emergências precisam quando realmente são necessárias, pois o nome mesmo diz, é uma questão emergencial, a vida das pessoas está em risco. Então acho que é isso.

A questão levantada pelo Vereador Manoel Del Rio, quero agradecer. Acredito que a assistência social de São Paulo é absolutamente necessária. Temos aí a questão da pandemia; depois, o desemprego estrutural. Hoje a tecnologia chegou à área de serviços. E nós temos ainda

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

o POT, sobre o qual eu já falei. A população de rua está sendo assistida. A rede de abrigamento está crescendo; nós teremos, no ano que vem, mais de duas mil unidades no programa Vila Reencontro, e nós estamos procurando oferecer mais vagas em hotéis e mais vagas em abrigamento para essa população. O Pode Entrar deve começar com 20 mil unidades entre este fim de ano e o começo do ano que vem, e nós, a partir da análise do Tribunal de Contas e já agradecendo a parceria, vamos republicar o Pode Entrar imóveis prontos, que são mais cinco mil unidades que nós pretendemos comprar. É uma inovação essa tentativa de compra de imóveis, de prédios vazios que possam servir à população de mais baixa renda nas regiões centrais.

Por fim, a questão da saúde abordada pelo Vereador. Juntando com a Assistência Social, a Saúde de São Paulo vai custar 19 bilhões, sendo que o Governo Federal está repassando apenas 1 bilhão. Então, Vereador, acho que esse não é um problema muito de contato, já que, por exemplo, na semana que vem, o Sr. Prefeito vai levar uma série de demandas ao Ministério das Cidades em relação ao programa de encostas e moradias e vai fazer solicitações em obras de piscinões e de mobilidade. Nós temos feito esse trabalho, mas essa é uma questão do financiamento da saúde, e faz muitos anos que a tabela do SUS está congelada.

Dos 19 bilhões, a União vai entrar com 1 bilhão, sendo que o Estado ainda tem alguns hospitais na capital. Eu não sou especialista como o Vereador, que é médico cardiologista, mas eu cito o Hospital das Clínicas, o Incor, o ICESP e o Hospital Brigadeiro. Que eu me lembre, hospital federal aqui nós temos só o Hospital São Paulo e o Heliópolis; ou seja, poucos. Vocês podem até convidar o Ministro para esse importante debate, porque o Governo Federal foi saindo cada vez mais da saúde nos últimos anos. Segundo um levantamento, até a promulgação da Constituição, a União bancava 60% da saúde no país, e hoje não deve estar bancando sequer 30%. Então, essa é uma discussão importante que eu acho que esta Casa poderia fazer juntamente com o Executivo.

Eu agradeço a oportunidade e parabenizo a iniciativa desta audiência.

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado.

Tem a palavra a queria Marcela, Secretária de Gestão.

A SRA. MARCELA CRISTINA ARRUDA NUNES – Boa tarde. Cumprimento o Vereador Jair Tatto, na pessoa de quem cumprimento todos os demais Srs. Vereadores. Cumprimento também o meu Colega Secretário da Fazenda Arellano e, na pessoa do Samuel, a equipe de servidores públicos da Fazenda que representam o orçamento, o Artur e o Clodoaldo. Cumprimento ainda os representantes das entidades sindicais e os representantes da sociedade civil.

De forma geral, as perguntas já foram respondidas e as considerações foram feitas pela própria Secretaria da Fazenda, que é hoje a chave deste debate. Mas, em complemento à fala do Secretário Adjunto de Governo, o Clodoaldo para responder ao Vereador Paulo Frange, esclareço que a desestatização não é de competência da Secretaria de Gestão nem de Governo; há uma Secretaria específica para isso, motivo pelo qual a Secretaria de Gestão não responde diretamente. Por outro lado, no que diz respeito à gestão de patrimônio, a Secretaria de Gestão tem, sim, a competência na organização e gestão do patrimônio imobiliário, e suas considerações foram anotadas para que nós consigamos agregar contribuições à Secretaria da Fazenda e à Secretaria de Governo.

Em relação a recursos humanos, na parte orçamentária, o Secretário da Fazenda já esclareceu e é o que também consta na peça do Orçamento, mas reforço o compromisso com o funcionalismo público, com as demandas da Secretaria de Gestão, gestão de pessoas e patrimônios, incluindo a saúde do servidor no que diz respeito à parte interna, já que que nós temos o Hospital do Servidor.

Vereador Sidney, de dezembro de 2021 a dezembro de 2022, em atualização de remuneração, nós investimos 3 bilhões de reais. Neste ano, 5 bilhões de reais. Além disso, nós estamos falando de investimentos em chamadas de pessoas que se somam, até o mês passado,

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

a 15 mil servidores públicos da Administração Direta nomeadas com autorização do Prefeito Ricardo Nunes. Estou falando de nenhum concurso não autorizado até o momento pelo Prefeito Ricardo Nunes e, se alguns ainda não aconteceram, como diz o Secretário da Fazenda, é porque existe toda uma dinâmica do Orçamento. Prestando contas a esta Casa, a Secretaria de Gestão tem, desde o ano passado, investido em ações que visam ao aumento do número de pessoas. O nosso número de nomeados é quase três vezes mais o número de aposentados no período.

Para quem conhece de funcionalismo público no Brasil, isso é inédito. Enquanto o Governo Federal quer fazer uma lei nova para reforçar e inclusive enrijecer a entrada no funcionalismo, dificultando com a avaliação de desempenho, a nossa lei de serviço público, de 2021, considerada *case*, qualifica. Precisa de melhorias, o Governo Federal tem algumas sugestões e nós estamos dispostos a conversar sobre isso com a Lei do Funcionalismo Público. Falo isso porque é essa lei que guia os nossos concursos e, no momento, nós temos cinco abertos com expectativa de chamadas ainda para o final do ano para um deles e outras para o próximo ano. Esse é o nosso compromisso com o funcionalismo público.

Todas as outras considerações e observações feitas já foram anotadas e, de fato, nós estamos falando de políticas com a participação do Governo Federal. Um exemplo é a carreira de endemias, de acordo com a observação da colega. Ao contrário do que muitos municípios fazem, no ano passado, nós acrescentamos agentes comunitários e de endemias na lei do município.

- Manifestação na plateia.

A SRA. MARCELA CRISTINA ARRUDA NUNES – Essa possibilidade de chamada para carreiras foi acrescentada no ano passado. Esse é um compromisso que hoje é criticado no Brasil. Enquanto o Governo Federal está fazendo um concurso unificado, nós temos lutado para ainda termos a valorização das carreiras específicas. Mas, no que diz respeito às verbas, nessas e outras em questão da saúde, é uma das carreiras que também precisam de investimentos do Governo Federal, que muitas vezes não depositou em tempo hábil, e o

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

município cumpriu e inclusive ajustou no ano passado.

Mas eu não quero dar só esse exemplo. Na Assistência Social, enquanto nós gastamos 2 bilhões, a participação do Governo Federal foi de 143 milhões. Nós estamos falando de uma política que não é de Governo, mas de Estado. Reforço isso. Quem estuda o Orçamento Público no Brasil sabe que uma das suas características são as políticas de Estado, que ultrapassam interesses de Governo quando aplicadas ao interesse da sociedade, ao interesse comum e, como foco, a parte social, dos menos favorecidos. Apesar de essa não parecer ser uma parte da Gestão, eu a considero importante, já que faço voz à importância do funcionalismo público para que tudo isso aconteça.

Não só na área da saúde e na área social, mas em outros investimentos que, sim, os Governos Federal e Estadual poderiam, ao invés de diminuir suas participações, investir um pouco mais. É um orçamento que, mesmo que com aspectos que falam em cenários que sejam de mais dificuldade, é positivo e corajoso, já que os municípios estão sendo ameaçados com uma Reforma Tributária que tira dinheiro deles e que faz o município de São Paulo perder bilhões de reais. Então, é um orçamento que ele vai se diferenciar a nível Brasil de todos os outros orçamentos no que diz respeito ao seu crescimento e coragem. Não se aumenta orçamento nessa proporção quando a previsão é de perder.

Então, é claro, é um orçamento que depende da dinâmica do estado e do Governo Federal para que ele dê certo não só com as políticas relacionadas ao funcionalismo público para que nós tenhamos autorização de mais concursos, porque eu não tenho mais autorização de concurso se eu não tiver recurso, se o ISS não funcionar, se o IPTU não funcionar, se a segurança jurídica não favorecer o empresariado, eu não vou ter mais empresas. Nós tivemos, pelo menos, mais de 40 mil empresas que mudaram para São Paulo de 2021 a 2023 e 341 mil empresas que decidiram abrir em São Paulo.

O que isso interessa ao funcionalismo público, ao servidor público? Interessa porque nós precisamos desses recursos que entram nas nossas verbas para que a gente tenha ajustes.

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

Então, estamos falando de políticas que ultrapassam de governo, políticas que tem que ter sim mais contribuição do Estado e mais contribuição do Governo Federal ao invés de ameaças ao serviço público e às políticas sociais que a gente tem com tanta coragem construído no município de São Paulo.

As demais questões estão anotadas. O nosso compromisso da gestão com respeito ao diálogo não só com os servidores, mas com os temas que dizem respeito ao patrimônio, das inovações, da modernização.

A gente sugere que todos acessem a clic.prefeitura.sp.gov.br onde a Secretaria de Gestão está fazendo uma compilação do site da transparência e colocando em números: os nossos números de pessoas, os números de cedidos, a nossa média de remuneração. Sim, já fomos criticados, João Gabriel, fomos criticados pela clic porque disseram que a nossa média de remuneração está muito alta. Claro que quem critica talvez não entenda a importância. Estou falando que é um relato. A imprensa nos critica. Mas por que estou falando isso? Nós não conseguimos fazer políticas de estado se nós não tivermos transferência e a Prefeitura de São Paulo tem ganhado prêmios em relação a sua transparência e em relação à condução das boas práticas de segurança jurídica e fiscal.

São essas as considerações. Agradecendo esta Casa e me colocando totalmente à disposição não somente da Comissão que segue nos seus trabalhos depois com questões específicas, mas também das pessoas que queiram nos procurar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretária.

Vamos agora já adentrando no calendário. Qual é o *site* do calendário?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Precisamos urgente.

Informo que esta Comissão realizará audiências públicas sobre o PL 578, que estima a receita e fixa a despesa do município de São Paulo, conforme o calendário aprovado anteriormente e disponível no *site* da Câmara Municipal.

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

A próxima é uma audiência pública regionalizada, que aí é que está. Até o relator me alertou agora. O momento é esse. Alguém iniciou dizendo que a questão mais importante que existe na Casa Legislativa obviamente é o orçamento. Então, vamos conseguir fazer as audiências temáticas. A próxima será na Avenida do Oratório, 172, Jardim Independência. Então, essa é a primeira audiência regional do orçamento, que compreende: Vila Prudente, Mooca, Sapopemba, Penha, Ermelino Matarazzo, Aricanduva, Formosa e Carrão. Chamamos de Leste 1.

Solicito ao Secretário Arellano, se possível... quer dizer, é até uma gentileza que tenha sempre um representante da Fazenda em todas. Quando a gente fala da audiência regionalizada, nós não vamos discutir o tema subprefeituras. Ela é geral. Vão representando as subprefeituras. Foi até uma opinião do nobre relator na época e nós chegaremos ao fim - são cinco audiências regionais - convidando todas as subprefeituras, todos os subprefeitos e subprefeitas.

Resumindo, nós recebemos aqui hoje uma matriz. Até me permite que entramos muito, porque depois eu costumo dizer que a gente abre a conta. Tem um momento da assistência. A próxima temática - eu não vou ler todo o calendário, mas vai ficar à disposição de vocês - é habitação no dia 10. Trânsito vem dia 18. O Manuel trabalha muito na área da assistência. Aqui está o Sindsep. Gestão foi hoje, mas obviamente vocês atuam em várias e participam sempre e nos ajudam. Tem um calendário que nós vamos atingir todas as subprefeituras e todas as secretarias.

Chega aqui um projeto de lei do Executivo. Ele se transforma num substitutivo. Eu desejo desde já que mude muito, mude radicalmente.

A cultura não precisa falar hoje. Pode ficar tranquilo que estão elas por elas. Nada de novidade, é isso? Pela experiência que temos, alguns ficarão satisfeitos e vão querer mais. Imagina os que não terão mais, baseado no que chegou.

No ano passado, o nobre relator fez um grande esforço. Houve avanços. Desejo a

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

equipe do CTEO que tenha bastante trabalho para alterar o projeto de lei original. Então, é isso.

Nós teremos 15 audiências, sendo cinco regionais. Então, a gente abre as contas da pasta e a gente vai poder, então, discutir cada caso, fazer as audiências. A participação popular é muito importante.

Vou sempre cobrar da Casa, da Mesa, da Presidência uma divulgação mais ampla possível. Vereadores de cada região, sim, vão trabalhar essa questão de mobilizar. Isso é do povo de São Paulo. Isso não é da Comissão de Finanças, não é do Presidente. O orçamento tem que ser uma coisa que os Vereadores têm que mobilizar. Temos que fazer isso aqui se traduzir em grandes audiências públicas. As regionais são para facilitar, diminuir essa distância. A gente sabe do horário, da dificuldade, do problema.

Então, acho que é um grande desafio. Acho que hoje então é a apresentação geral. Esse calendário já foi publicado ontem. Então, seria basicamente isso.

Muito obrigado, Secretário.

Houve uma mudança que a Secretaria de Turismo seria dia 30 e o Secretário, para estar presente, pediu que então que jogasse para o dia 7. Está aqui o calendário.

Pois não, relator.

O SR. SIDNEY CRUZ – Sr. Presidente, só um informe.

Como é de conhecimento de todos, no dia 10 eu ficaria ausente aí durante 10 dias. Vou representar a Câmara Municipal na China. Enfim, mas as duas audiências públicas temáticas a assessoria estará acompanhando e, no meu retorno, irei assistir na integralidade. V.Exa. sabe do empenho e dedicação deste relator para ouvir toda a sociedade civil.

Aproveito para reforçar o convite. Este é o momento. Agora abriu a janela do debate e esse é o momento oportuno da sociedade civil organizada durante todo o tempo neste momento apresentar suas demandas. Estaremos à disposição de todos e reforço um pedido coletivo dos Pares da CTEO e de todos envolvidos para que a gente possa, em conjunto, desenvolver o melhor trabalho em prol da sociedade e da nossa cidade.

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 09/10/2023 17:52:51.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos criar um *hotsite* até sexta-feira, se possível, para as demandas. Então, vamos ter as duas formas demandas: as locais nas audiências, quem está na presencial; e essas plataformas que poderão ser mandadas e por e-mail da Comissão de Finanças e Orçamento.

Nada mais a tratar dou por encerrada a audiência pública.

Obrigado a todos e a todas. Um bom dia a todos e a todas.

Matéria REGTAQ 111/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 09/10/2023 e juntado ao PL 578/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=483480.